



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recobram 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . . . .	Ano 240\$
A 1.ª série . . . . .	80\$
A 2.ª série . . . . .	80\$
A 3.ª série . . . . .	80\$
Para o estrangeiro e colónias	acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 25\$00 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 8.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1944, têm 40 por cento de abatimento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

### SUMÁRIO

#### Presidência do Conselho:

Declaração à portaria n.º 11:086, que fixa os preços das análises a efectuar no laboratório da Direcção Geral das Alfândegas.

#### Ministério das Finanças:

Portaria n.º 11:102 — Torna facultativo a partir de 1 do corrente mês e de 1 de Janeiro de 1946 os seguros, respectivamente, da navegação costeira internacional e da pesca do arrasto e da cabotagem, longo curso e pesca do bacalhau, excepto nas viagens ao Índico (para além de Moçambique) e Pacífico.

Decreto n.º 34:914 — Transfere uma verba dentro do capítulo 15.º do orçamento do Ministério.

#### Ministério da Marinha:

Portaria n.º 11:103 — Dá nova redacção ao artigo 41.º do regulamento da Escola de Aviação Naval Almirante Gago Coutinho, aprovado pela portaria n.º 9:287.

#### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 34:915 — Autoriza a Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones a tomar de arrendamento, por tempo indeterminado, o prédio situado na Rua Joaquim António de Aguiar, 17 e 19, em Lisboa.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

#### Secretaria

Declara-se, para os devidos efeitos, que no original, arquivado nesta Secretaria, da portaria n.º 11:086, publicada pelo Ministério das Finanças, Direcção Geral das Alfândegas, no *Diário do Governo* n.º 198, 1.ª série, de 5 do corrente, está escrito:

#### Ceras

Índices de acidez e saponificação . . . . . 75\$00

#### Farinhais

Azoto . . . . . 60\$00,

e não:

#### Ceras

Índice de acidez e saponificação . . . . . 75\$00

#### Farinhais

Azoto . . . . . 60\$00,

como, por lapso, saiu no referido *Diário do Governo*.

Secretaria da Presidência do Conselho, 10 de Setembro de 1945. — O Chefe da Secretaria, *Manuel José Francisco de Almeida Castelo Branco*.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Gabinete do Ministro

#### Portaria n.º 11:102

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Marinha, ao abrigo do disposto no § único do artigo 3.º do decreto-lei n.º 31:454, de 11 de Agosto de 1941, alterado pelo decreto-lei n.º 31:922, de 17 de Março de 1942, o seguinte:

1.º O seguro da navegação costeira internacional e da pesca do arrasto é facultativo a partir de 1 de Setembro, nas condições a estabelecer pela Comissão de Seguros de Guerra.

2.º O seguro da cabotagem, longo curso e pesca do bacalhau passa a ser facultativo a partir de 1 de Janeiro de 1946, excepto nas viagens ao Índico (para além de Moçambique) e Pacífico.

Ministérios das Finanças e da Marinha, 13 de Setembro de 1945. — O Ministro das Finanças, *José Pinto da Costa Leite*. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Tomaz*.

### Direcção Geral da Contabilidade Pública

#### Decreto n.º 34:914

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida a quantia de 34.230\$ da verba de 5:893.766\$ inscrita no n.º 1 do artigo 299.º,